



MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL INFÂNCIA E JUVENTUDE - MPPE

Nota Técnica nº 01/2022 – CAOIJ

O CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - MPPE, com fulcro no artigo 33, inciso II, da Lei nº 8.625/1993, no artigo 23, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 12/94, atualizada pela Lei Complementar nº 21/98 (Lei Orgânica do Ministério Público de Pernambuco), encaminha a presente nota técnica, sem caráter vinculativo, ante a necessidade de se estabelecer uma orientação geral deste Centro de Apoio Operacional para os órgãos de execução de todo o Estado de Pernambuco acerca de aspectos relacionados ao procedimento de apuração de ato infracional;

CONSIDERANDO que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, conforme prevê o art. 3º, da Lei nº 8.069/90;

CONSIDERANDO que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (art. 5º, Lei nº 8.069/90);

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 129, II, da Constituição Federal, é função institucional do Ministério Público “zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia”;

CONSIDERANDO que a Convenção Internacional dos Direitos da Criança de 1989, artigo 37, determina que os Estados signatários, dentre eles o Brasil, adotarão todas as providências no sentido de que todo adolescente privado da liberdade seja tratado com a humanidade e o respeito que merece a dignidade inerente à pessoa humana, e levando-se em consideração as necessidades de uma pessoa de sua idade;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL INFÂNCIA E JUVENTUDE - MPPE

CONSIDERANDO que as Regras mínimas das Nações Unidas para administração da justiça, da infância e juventude, conhecida como Regras de Beijing, adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua Resolução 40/33, de 29 de novembro de 1985, determina que em cada jurisdição nacional dos países signatários procurar-se-á promulgar um conjunto de leis, normas e disposições aplicáveis, especificamente aos jovens em conflito com a lei, assim como os órgãos e instituições encarregados das funções de administração da Justiça da Infância e da Juventude, com a finalidade de satisfazer as diversas necessidades dos adolescentes e, ao mesmo tempo, proteger seus direitos básicos e satisfazer as necessidades da sociedade;

CONSIDERANDO, por fim, que alguns Promotores de Justiça estão encaminhando expedientes ao CAOIJ, indagando sobre a necessidade de manifestação prévia do Ministério Público para liberação, pela Autoridade Policial, do adolescente apreendido em flagrante de ato infracional;

Encaminha a presente **NOTA TÉCNICA**, que traduz o posicionamento deste Centro de Apoio, com arrimo na legislação de regência supracitada e com os seguintes fundamentos:

1. Conforme reza o Estatuto da Criança e do Adolescente, em especial o seu artigo 107, parágrafo único, a premissa maior é o adolescente apreendido em flagrante responder ao procedimento especial em liberdade, assim expressamente disciplinando: “Examinar-se-á, desde logo e sob pena de responsabilidade, a possibilidade de liberação imediata”;

2. A Lei 8069/90 também disciplina o procedimento especial a ser seguido para os casos de apuração de ato infracional – vide arts. 171 e ss, e, nessa senda, o art 174 assim dispõe: *“comparecendo qualquer dos pais ou responsável, o adolescente será liberado pela Autoridade policial, sob termo de compromisso e responsabilidade de sua apresentação ao Representante do Ministério Público, no mesmo dia ou, sendo impossível, no primeiro dia útil imediato, exceto quando, pela gravidade do ato infracional e sua repercussão social, deva o adolescente permanecer sob internação para garantia de sua segurança pessoal ou manutenção da ordem pública”*; grifamos;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL INFÂNCIA E JUVENTUDE - MPPE

3. Assim, conforme reza o acima citado art. 174 do ECA, a Autoridade Policial não precisa consultar previamente o Ministério Público para proceder com a liberação do adolescente. E, nesse contexto, o Ministério Público, como titular da ação socioeducativa, ao receber as peças inquisitoriais, em discordando do posicionamento da Autoridade Policial, caberá, em entendendo, no momento da propositura da Representação, requerer a internação provisória, bem como interpor o competente recurso, quando do indeferimento de tal pleito pelo Estado-Juiz;

Por oportuno, merece ser trazida à baila a discussão sobre a liberação do adolescente diretamente pelo Ministério Público, após a oitiva informal, não sendo tal entendimento unânime, inclusive internamente, até porque, de fato, inexistente dispositivo nesse sentido na legislação especial em comento, diferentemente como ocorre com relação à Autoridade Policial, conforme acima exposto.

Todavia, a liberação do adolescente pelo Promotor de Justiça, durante a oitiva informal, mediante de Termo de entrega aos seus pais ou responsáveis, vem sendo cada vez mais a alternativa que a doutrina e a prática encontraram para abrigar os princípios acolhidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre eles, o da proteção integral, o do melhor interesse e o da intervenção precoce.

Nesse diapasão, o Conselho Nacional de Justiça, ao apreciar o Pedido de Providências – 0005089-38.2017.2.00.0000, expressamente reconheceu a possibilidade de liberação do adolescente pela Autoridade Policial e pelo Ministério Público, sem a necessidade de homologação judicial, conforme se infere do trecho do voto a seguir transcrito:

“...Na hipótese de não liberação do adolescente pela autoridade policial, caberá ao Ministério Público (artigo 175), na qualidade de titular da representação por ato infracional, avaliar a existência ou não de necessidade imperiosa da manutenção da apreensão do menor, permitida a liberação do adolescente, mesmo em se



MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL INFÂNCIA E JUVENTUDE - MPPE

tratando de atos infracionais de natureza grave, se não houver elementos que reclamem a internação provisória. Essa possibilidade de liberação do adolescente pelo Ministério Público prescinde de homologação judicial e da expedição de alvará de soltura.

Nessa esteira, infere-se a existência de procedimento mais benéfico para o adolescente, em comparação com o adotado pelo sistema da Lei Penal, consubstanciado no rito sumário para sua liberação imediata pela própria autoridade policial responsável pela prisão ou pelo Promotor de Justiça....” (Conselheira Daldice Santana – Relatora).

4. Ultrapassada, pois, a discussão da possibilidade de liberação pela Autoridade Policial e pelo Ministério Público na fase administrativa que antecede a fase processual, não se pode deixar de apontar que a privação de liberdade, mesmo provisória, é albergada pelos princípios da brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;

5. Nesse parâmetro, o Estatuto da Criança e do Adolescente taxativamente elenca as medidas socioeducativas para os casos de cometimento de ato infracional, fixando os requisitos para a segregação da liberdade (art. 122, incisos I, II e III), deixando claro, o parágrafo 2º, do citado artigo, que em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada.

Nessa trilha, embora não se confundindo a medida “cautelar” de internação provisória com a medida socioeducativa de internação, sendo, pois, institutos distintos (providência cautelar prévia voltada para o recolhimento provisório nos termos dos artigos 108 e 174 do Estatuto da Criança e do Adolescente, com vistas a promover a abordagem inicial da situação e identificar medidas adequadas ao caso concreto - inclusive sendo o entendimento proferido liminarmente pelo



MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL INFÂNCIA E JUVENTUDE - MPPE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO nos autos dos Agravos de Instrumento nº 0467909-2, nº 0483083-3, nº 0495808-1, nº 0487468-2, nº 0494338-0, nº 0492689-4 e nº 0497875-0), a análise de cada caso é o que se impõe, trazendo como norte o balizamento do contido no citado artigo 122 do ECA.

Não se pode deixar de destacar, como já dito, que, na seara da infância, cada caso é um caso, inexistindo uma inflexibilidade de atuação, máxime porque vigora, dentre vários princípios protetivos, o “do melhor interesse da criança/adolescente”, sendo a elaboração de fluxos de referência, pelos integrantes do Sistema de Garantia de Direitos, flagrante demonstração de sua aplicabilidade, pois oportuniza que questões, inclusive como a abordada na presente manifestação, possam ser discutidas e deliberadas em conjunto.

A título de exemplo, o fluxo construído na capital (Recife/PE) segue os passos estipulados no Projeto Justiça Sem Demora (JSD), numa atuação integrada entre os atores do Sistema de Garantia de Direitos.

Na Justiça Sem Demora (JSD) da Infância e Juventude da Capital, a divisão de tarefas entre os aludidos órgãos jurisdicionais dá-se da seguinte forma:

a) Os adolescentes apreendidos, após o encaminhamento ao Ministério Público, são apresentados ao juiz com atribuições junto à JSD, a fim de proceder ao seu interrogatório e à oitiva de seus responsáveis;

b) Durante a audiência, também conhecida como audiência de apresentação, toda a situação processual do jovem é definida. Nesse momento, é decidido se o adolescente será liberado e entregue aos responsáveis ou se deve cumprir a internação provisória;

c) A opção pela primeira hipótese implicará o acompanhamento do adolescente pela equipe técnica do Núcleo de Apoio ao Trabalho de Apuração dos Processos de Conhecimento (NAPC);



MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL INFÂNCIA E JUVENTUDE - MPPE

d) Desde logo, também serão aplicadas e esses jovens as medidas protetivas dispostas no Art. 101 da Lei 8.069/1990;

e) Adotando-se a internação provisória, esse adolescente será encaminhado ao Centro de Internação Provisória (Cenip-Funase), onde aguardará o dia da audiência de continuação. Neste caso, na decisão que impõe a internação provisória podem ser fixadas medidas protetivas em benefício dos adolescentes, a depender de suas necessidades.

Do exposto, em atenção aos princípios abrigados pela Lei nº 8.069/90, o CAOIJ entende pela desnecessidade de manifestação prévia do Ministério Público à liberalidade da Autoridade Policial em proceder com a liberação de adolescente apreendido em flagrante pela prática de ato infracional, mediante lavratura de termo de entrega e compromisso, nos parâmetros fixados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, no seu já referido art. 174, e, na oportunidade, como linha de sugestão de atuação, a implementação de reuniões periódicas com os integrantes do Sistema de Garantia de Direitos, englobando todos os seus eixos, proporcionando a construção colegiada da política da infância e juventude, se mostra conduta bastante resolutiva.

Recife, 06 de janeiro de 2022

Luiz Guilherme da Fonseca Lapenda
Promotor de Justiça - CAOIJ/MPPE